

## Entre conceito e símbolo: os poderes espiritual e temporal em Henry Thoreau

**Suzy Meire Faustino\***

Universidade do Estado de São Paulo

### RESUMO

Este artigo propõe uma intersecção ou atravessamento entre símbolos e representações literárias e os conceitos de poder temporal e espiritual em recortes de duas obras do ensaísta americano Henry Thoreau (1817-62), as quais, sugerimos, discutem a ordem da alma e a ordem da sociedade. A primeira delas é *Walden*, de 1854. A segunda, *A Desobediência Civil*, de 1849. Nossa hipótese é a de que, perfazer-se-iam, em Thoreau, duas dimensões, uma espiritual – identificada simbolicamente com a natureza e, por vezes, com a consciência –, e outra temporal – o Estado/governo, e a sociedade. Dessa forma, concebemos dois operadores simbólicos de interpretação: a verticalidade e a horizontalidade. Nosso aporte teórico contempla estudiosos da teoria política e da simbologia das imagens como Voegelin (2002), Bachelard (1990; 1989a; 1989b), Guénon (1995; 2001). A fortuna crítica de Thoreau mobiliza autores como Marx (2000), Paul (1958), Lane (1960), Hildebidle (2007), Turner (2009).

**PALAVRAS-CHAVE:** Thoreau. Walden. Desobediência Civil. Poder temporal. Poder espiritual.

### ABSTRACT

This article proposes an intersection between symbols and literary representations and the concepts of spiritual and temporal powers in American essayist Henry Thoreau's *Walden* (1854) and *Civil Disobedience* (1849). We suggest and presuppose that both works are in dialogue with the notions of order in the soul and in society, respectively. The main hypothesis allowed us to conceive two dimensions in Thoreau's essays: the spiritual sphere, which is symbolically identified with nature, and the temporal dimension, which concerns State and society. Thus, we will consider two symbolic operators in the interpretation: verticality and horizontality. Critics and theorists as Voegelin (2002), Bachelard (1990; 1989a; 1989b), Guénon (1995; 2001), Marx (2000), Lane (1960), Paul (1958), Hildebidle (2007), Turner (2009) contribute to this study.

**KEYWORDS:** Thoreau. Walden. Civil Disobedience. Temporal Power. Spiritual Power.

### Pressupostos teóricos

O teórico político Eric Voegelin (1905-85), em *Religiões Políticas* (2002), publicado originalmente em 1938, ao revisitar<sup>1</sup> os conceitos de poder temporal e poder espiritual, articula-os aos símbolos do sol e do Corpo de Cristo. Segundo o autor, o símbolo do sol

1. Neste artigo, preferiu-se mobilizar os dois conceitos tomasianos não segundo seu autor original, mas segundo Voegelin (2002) – e, mais tangencialmente, na perspectiva de Guénon (1995; 2001) –, que os define em função do símbolo do Corpo de Cristo, uma vez que nosso estudo também contempla a perspectiva simbólica peculiar aos dois autores.

\*Doutoranda em Letras (estudos literários) na UNESP/São José do Rio Preto.  
E-mail: suzy.faustino@unesp.br.

Recebido em 03/05/2023  
Aprovado em 09/07/2023

descende de civilizações da Antiguidade e defini-se como símbolo da centralização e irradiação de poder. No Egito Antigo, tal estrutura se caracterizava pela verticalização: ao faraó, manifestação divina, era outorgado o poder sobre aquela sociedade. Tal atributo provinha não de uma noção de representação, mas de imanência e identificação entre governante e a figura de um deus (VOEGELIN, 2002, p. 36-44).

Segundo o estudioso, o Corpo de Cristo – outra verticalização –, por sua vez, inaugura o conceito de representação: oriundo das cartas de São Paulo Apóstolo, o símbolo do corpo articula Estado, comunidade e Igreja tanto nos níveis histórico e terreno na ordem temporal quanto na ordem espiritual. A cabeça simboliza o próprio Cristo espiritual – em outra ordem de realidade que não a material, histórico-temporal – de onde advém o poder superior que governa o Corpo, porém não de forma direta, mas por meio de seu representante terreno: o papa, sobre cujas mãos repousa o poder espiritual de origem divina. Voegelin (2002) retoma esses dois conceitos de poder temporal e espiritual em função desse símbolo: o poder temporal representado pelo rei, detentor de um poder limitado na sociedade, e o poder espiritual, superior àquele, representado pelo papa.

Sobre essas duas variações simbólicas paira ainda uma segunda camada de significado: para Voegelin (2002), o sol, como um centro irradiador, não permite a separação de poderes; já o Corpo de Cristo o inaugura (como o corpo e cabeça-poder temporal e espiritual), discriminando e categorizando duas ordens de realidades e suas respectivas ordenações políticas não totalmente independentes uma da outra.

Em outra ocasião – e em outra revisitação aos conceitos tomasianos –, Guéron (1995, p. 89-94) nos informa sobre outros símbolos de poder espiritual e temporal ao interpretar a figura da divindade romana Janus, um deus de duas faces diametralmente opostas e em cujas mãos se observa uma chave e um cetro. Segundo o estudioso, a chave simboliza o poder espiritual e o cetro, o temporal. Em outro de seus estudos, Guéron (1995, p. 113-121) afirma que o mago Merlin e o rei Arthur, juntamente ao javali e ao urso, representam esses mesmos poderes.

Semelhante variação simbólica instigou-nos a ponto de indagarmos quanto à possibilidade da investigação dos dois poderes no que tange ao arranjo thoreauiano de sociedade, arranjo acidental, já que o autor não o explicita, preferindo a posição de um pregador solitário. Em uma revisão crítica, o estudioso de Thoreau não raro se depara com abordagens simbólicas de suas obras, uma vez que elas conservam e escondem em si muitas camadas. Semelhante mosaico – imagem muito mais adequada a nossa leitura d' *A Desobediência Civil*, pois desse texto emergem significantes aos quais, com alguma sorte, esperamos atribuir um divisor-comum: a consciência moral (seu rebaixamento, equiparação ou elevação) – será submetido a dois operadores analíticos: a verticalidade como símbolo do poder espiritual na natureza, e a horizontalidade, como símbolo do poder temporal da sociedade, o Estado e/ou os governos.

## Sociedade corrompida. Natureza edênica

Em *Walden*, Thoreau fornece-nos um relato autobiográfico que se alça a níveis simbólicos – o leitor se depara com um sujeito tecendo duras críticas à sociedade para, depois, assentar-se por dois anos (de 1845 a 1847) em uma cabana à beira de um lago homônimo ao livro, em meio à natureza edênica, tendo por objetivo a busca de uma ordem transcendental e/ou espiritual (a identificação entre os dois últimos adjetivos é um pressuposto nosso, assim como também a eventual identificação entre poder espiritual e religião, e poder temporal e Estado/governo/regime). N' *A Desobediência Civil* – um ensaio teórico-político – o autor, ao mesmo tempo em que denuncia a injustiça e o desvirtuamento da sociedade e do regime, prega a desobediência civil de modo a demonstrar e defender a supremacia do que chama de “consciência individual”.

O autor de *Walden* testemunha a confusão sociopolítica, econômica, intelectual, moral e espiritual de sua comunidade, descrevendo o estado em que se encontram seus concidadãos e vizinhos. Para Schneider (1995), em um primeiro momento, Thoreau “diagnostica a doença espiritual e econômica” para, depois, prescrever a cura (p. 96). Para Cavell (1992), há um sentimento de perda que permeia *Walden*, e que pode ser metaforizado na passagem em que seu autor relata ter perdido um “cão de caça, um cavalo baio e uma rola [...]” (THOREAU, 2011, p. 29). Muito mais do que alusões simbólicas a perdas, o autor-protagonista de *Walden* ainda nos relata um sentimento de “calado desespero” (THOREAU, 2011, p. 29) que havia testemunhado nas vidas de seus vizinhos.

Confusão, perda e desespero circunscrevem os seguintes elementos:

1. a natureza do trabalho que, na modernidade, tornou o homem escravo e meio:

andei bastante por Concord e, por todos os lugares, em lojas, escritórios e campos, os habitantes me pareceram cumprir penitência de mil maneiras extraordinárias. [...]. Os doze trabalhos de Hércules foram ninharia em comparação com os feitos por meus vizinhos; pois eram apenas doze – e tiveram um fim; mas jamais pude ver um monstro capturado ou morto ou um trabalho terminado por esses homens. [...]. Vejo homens jovens, cidadãos de minha cidade, cujo infortúnio é ter herdado fazendas, casas, celeiros, gado e ferramentas de agricultura [...]. Quantas pobres almas imortais encontrei quase esmagadas e sufocadas sob suas cargas, arrastando-se pela estrada da vida, empurrando um celeiro de vinte e três metros por doze, seus estábulos de Áugias jamais limpos, e cem acres de terra, lavoura, ceifa, pasto e madeira! (THOREAU, 2021, p. 27-28).

Nesse excerto, o leitor testemunha os vizinhos de Thoreau esmagados por um trabalho que nunca tem fim, um trabalho comparado às penitências. O autor se utiliza de uma certa dose de sarcasmo ao comparar os trabalhos de Hércules ao de seus vizinhos que, segundo ele, tem muito mais trabalho do que o famoso personagem da mitologia. Note-se que o homem perdeu seu “caráter divino” ao colocar-se na mesma posição de

animais de carga, arrastando-se pela “estrada da vida, empurrando um celeiro”. Mais significativa ainda é afirmação de Thoreau de que o infortúnio de alguns foi ter herdado fazendas, casas e gado, pois que os fazem sucumbir a uma vida de trabalho sem sentido, e um trabalho que transforma o homem em meio, como se justifica Thoreau em sua inversão retórica: “e quando o agricultor se torna dono de sua casa, não vai ficar mais rico, e sim mais pobre, e é a casa que se torna dona dele” (THOREAU, 2011, p. 44).

Na imaginação thoreana, as falsas necessidades, o acúmulo de bens materiais e o luxo catalisam não apenas a precariedade e a inversão da tríplice relação entre trabalho, posses e ser humano, mas também a urgência da aplicação da fórmula “simplicidade, simplicidade, simplicidade” (THOREAU, 2011, p. 96), cuja decifração passa pela escolha de satisfazer-se apenas as necessidades fundamentais e básicas: alimento, abrigo, calor.

2. A preocupação com o contingente, o mutável e o superficial domina as consciências dos vizinhos de Thoreau, para quem os habitantes da Nova Inglaterra vivem uma vida mesquinha, pois sua “visão não atravessa a superfície das coisas” (THOREAU, 2011, p. 101), o que nos sugere também um tipo de deficiência de sentidos, ou de cognição. Essa é a conclusão a que chega o autor depois de discorrer sobre como seus vizinhos são obcecados pelas novidades e notícias do mundo à volta deles. Em uma passagem, Thoreau debocha: “depois de uma noite de sono, as novidades são tão indispensáveis quanto o café da manhã. [...] Alguns dão instruções para que os acordem de meia em meia hora” (THOREAU, 2011, p. 98). Em outra passagem, afirma ele que se lermos os casos que aparecem no jornal apenas uma vez, nunca mais precisaremos ler outro:

se você conhece o princípio, para que vai se incomodar com uma infinidade de casos e explicações. Para um filósofo, [...] toda novidade é mexerico. [...] E no entanto, não são poucos os que anseiam por tais mexericos. Outro dia, pelo que eu soube, houve um tal atropelo num dos escritórios para saber das últimas notícias que tinham chegado do estrangeiro que diversas vidraças do estabelecimento se quebraram por causa do empurra-empurra. [...] Que novidade coisa nenhuma! O mais importante é saber o que nunca envelhece (THOREAU, 2011, p. 99).

A crítica de Thoreau sobre a paixão de seus vizinhos pelas notícias do mundo conota a paixão pelo supérfluo e, acima de tudo, pelo contingente e o mutável, antíteses daquilo que o narrador de *Walden* concebe como os fins desejáveis para o indivíduo: a contemplação daquilo que não envelhece, do eterno, atributo do filósofo que perscruta as causas primeiras e a realidade última das coisas. Thoreau associa o adjetivo “eterno” às imagens de profundezas, como tentaremos argumentar mais à frente.

A fuga para as matas nos arredores do Walden nasceu dos passeios que o autor fazia pela cidade para “ouvir um pouco dos mexericos que circulam incessantemente por lá” (THOREAU, 2011, p. 163). Thoreau descreve a situação:

alguns têm um enorme apetite pela mercadoria número um, isto é, as notícias, e um sistema digestivo tão sólido que podem ficar eternamente sentados nas avenidas públicas sem se mexer, enquanto elas passam por eles chiando e sussurrando [...]. Quando eu perambulava pelo povoado, era raro deixar de ver uma fila de tais figuras, sentadas numa escada tomando sol, com o corpo inclinado para frente e os olhos de quando em quando relanceando daqui para lá, numa expressão voluptuosa, ou encostadas em um galpão com as mãos nos bolsos, feito cariátides, [...]. Notei que os órgãos vitais do povoado eram a mercearia, o bar, o correio e o banco; [...] e as casas eram dispostas de maneira a aproveitar o máximo de humanidade, em ruas estreitas, uma em frente à outra, de tal forma que todo transeunte tinha que passar por aquele corredor polonês<sup>2</sup> e cada homem, mulher ou criança podia lhe assentar uma lambada<sup>3</sup> (THOREAU, 2011, p. 163-164).

Constata-se, pois, na passagem acima, uma cena pitoresca e cômica da vida social na comunidade de Thoreau: os vizinhos encostados no galpão feito cariátides, alguns com um sistema digestivo sólido para deglutir as notícias aos montes, o corredor polonês composto de homens, mulheres e crianças. Todos eles, indistintamente, preocupados apenas com as notícias e mexericos, ou seja, com o contingente, o mutável e o ordinário. Entrevê-se mesmo um certo nível de desprezo do autor por seus vizinhos e seus modos de vida: não usam a razão, simbolizada pela cabeça ou pelo cérebro, mas o sistema digestivo, responsável por atividades fisiológicas involuntárias do corpo humano. Por outro lado, o corredor polonês simboliza a estreiteza de suas vilas, vidas e interesses: nessa ocasião, Thoreau refere-se a uma necessidade humana de espaço aberto e natureza para a imaginação e a cognição.

Mobilizaremos, agora, a verticalidade como um operador simbólico que nos sugere a dimensão do espiritual. Sob seu signo, imaginamos ser possível elencar símbolos como a casa e a chaminé, os livros clássicos, a mobelha e o esmerilhão, e o lago, cuja interpretação nos remeteria às profundezas da terra ou da água e, simultaneamente, às alturas do ar e do céu.

Afirma Buell (1995, p. 198) que *Walden* é marcado por um “antropocentrismo” em sua primeira parte anterior ao capítulo central, “Os Lagos”, para ser, em seguida, em sua segunda metade posterior ao citado capítulo, marcado por um “ecocentrismo”. Tal interpretação alinha-se a de Lane (1960) a respeito do movimento de entrada na natureza performado logo depois de “Economia”, o primeiro capítulo de *Walden*.

Pretende-se, aqui, elencar e analisar imagens que remontem à dimensão espiritual, essa, pois, localiza-se na natureza como o Éden ou paraíso terrestre. Circunscritos dentro dessa representação de Éden, como afirma Buell (1995), ou dentro dessa atmosfera pastoral (MARX, 2000), estão as imagens e símbolos por eles sugeridos. A casa de Thoreau

---

2. Do original: “to run the gauntlet”. (THOREAU, 2004, p. 241).

3. Do original: “get a lick at him”. (THOREAU, 2004, p. 241).

era uma cabana graciosa, não rebocada, própria para hospedar um deus viajante e por onde uma deusa poderia arrastar a cauda de seu vestido. Os ventos que sobrepassavam minha morada eram daqueles que varriam a crista das montanhas, trazendo trechos de melodias, ou apenas a parte celestial, de uma música terrestre (THOREAU, 2011, p. 90).

E mais adiante:

onde eu vivia era remoto como muitas regiões vistas à noite pelos astrônomos. Costumamos imaginar lugares raros e maravilhosos em algum canto mais celestial e longínquo do sistema, para além da constelação da Cassiopeia [...]. Descobri que minha casa realmente tinha seu lugar nessa parte tão retirada, mas sempre nova e inviolada, do universo. Se valesse a pena se instalar naquelas paragens perto das Plêiades ou das Híades, de Aldebaran ou de Altair, realmente era lá que eu estava [...] (THOREAU, 2011, p. 93).

Como se pode constatar, segundo Thoreau – por meio de referências a deuses, deusas, constelações, “cristas das montanhas”, ou seja, alturas –, sua casa está situada nas paragens “novas e invioladas” – no original: *new and unprofaned part of the universe* (THOREAU, H. 2004, p. 179) – localizadas acima da superfície da terra. Infere-se, então, a partir do lugar de sua casa e dos adjetivos “nova e inviolada”, que o autor encontra uma correspondência entre o lugar “alto” em que construiu sua casa – um lugar que poderia ser habitado pelos deuses – e, ao utilizar-se de adjetivos “novo”, “inviolado”, contrasta-o com aquilo que a eles se opõe: o violado, corrompido, estragado. O adjetivo em língua inglesa *unprofaned* reforça o sentido religioso de coisa não profanada, ou seja, não despi-da de sua aura sagrada, se tivermos em mente a oposição sagrado x profano. Adicione-se aos motivos de verticalidade o fato de Thoreau descrever a cabana que construiu e localizá-la no alto, junto às constelações, onde arremetem-se ventos das cristas das montanhas e por onde deusas podem arrastar as caudas de seus vestidos (THOREAU, 2011, p. 91-93). A casa poderia nem mesmo estar realmente nas constelações, como corrige o autor. Porém, para seu vizinho distante, as luzes de sua casa tremeluzeriam do mesmo modo que elas (THOREAU, 2011, p. 93).

A mobilha no lago e o esmerilhão nos céus evocam as imagens de verticalidade em seus movimentos de mergulhar no lago e voar, respectivamente. Os dois pássaros são o alvo de descrição mais minuciosa do autor. A mobilha, curiosamente, é uma ave que mergulha. Afirma Thoreau que “já apanharam mobilhas nos lagos de Nova York a quase trinta metros abaixo da superfície” (THOREAU, 2011, p. 225). As imagens de verticalidade, de altura e profundidade, retornam na imagem dessa ave que, ao mesmo tempo, voa nas alturas dos céus e mergulha nas profundidades do lago. Antes de finalizar o capítulo, Thoreau constrói, uma vez mais, imagens de elevação e altura, dessa vez ao observar um esmerilhão, ave da família dos falconídeos:

foi o voo mais etéreo que já presenciei. Ele não esvoaçava simplesmente como uma borboleta, [...], mas brincava com orgulhosa confiança nos campos do ar, subindo, subindo com seu estranho cacarejo, [...], como se nunca houvesse pisado em *terra firma*. Parecia não ter nenhum companheiro no universo – brincando ali sozinho – e não precisar de nada além da manhã e do éter onde se divertia. [...] Habitante dos ares, sua única relação com a terra parecia ser um ovo chocado por algum tempo na fenda de um penhasco. [...] Seu elevado castelo, agora uma nuvem escarpada (THOREAU, 2011, p. 299, itálicos do texto original).

O falcão como “ave etérea”, “habitante dos ares”, que parece nunca ter pisado em terra firme e faz seu “castelo” nos penhascos e nuvens escarpadas explicita, novamente, a verticalidade. Nesse caso, o narrador coloca-se como aquele que assiste o voo do gavião a partir de sua posição abaixo dele.

O narrador de *Walden* retorna ao tema da casa ao falar da construção de sua lareira, já no inverno. Para ele, ela “é uma estrutura independente, que se apoia no chão e, atravessando a casa, se eleva aos céus; mesmo quando a casa se incendeia, às vezes ela ainda permanece” (THOREAU, 2011, p. 231). Vemos, uma vez mais, uma imagem de verticalidade: a lareira fincada no chão e que atravessa a casa e “se eleva aos céus”. Nota-se, na estrutura da lareira, novamente os elementos que simbolizam a conexão entre submundo, ou aquilo que está abaixo (“fincado no chão”), a superfície da terra e a região fisicamente superior (os céus). Ademais, a lareira é identificada com o eterno, pois, mesmo quando “a casa se incendeia, ela permanece”: tem-se, em resumo, uma linha vertical que representa o eterno e o estável, adjetivos pertencentes à esfera – “semântico-simbólica”, por assim dizer – do poder ou da dimensão espiritual.

Em uma outra passagem, Thoreau nos confidencia que deixou em cima de sua escrivaninha um exemplar da *Ilíada*. Esse é o pretexto que ele encontra para falar dos “livros heroicos” que, para ele, mesmo em tradução para nossas línguas maternas, “sempre estarão numa língua morta para tempos degenerados”. O autor de *Walden* sugere que se leia os clássicos em sua língua original, pois “precisamos buscar laboriosamente o significado de cada palavra e verso, conjecturando [...] um sentido mais amplo do que permite o uso comum” (THOREAU, 2011, p. 104).

“Pois o que são os clássicos, senão o registro dos pensamentos mais nobres do homem?” (THOREAU, 2011, p. 104). A resposta da pergunta retórica é: “são os únicos oráculos que não caducaram, e neles há respostas a mais moderna indagação que Delfos e Dodona jamais deram”. Ele segue seu argumento – cuja conclusão é de que sua comunidade não está preparada para o espírito dos grandes livros, os clássicos – da seguinte forma: para o autor, a palavra escrita dos clássicos, “a linguagem seleta da literatura” é superior à palavra falada, da “linguagem oral fugidia” do orador que fala à multidão, tal como o “firmamento com suas estrelas está além das nuvens”. A linguagem literária

dos clássicos se aproxima da ‘realidade’ e corresponde verdadeiramente àquilo que é parte da experiência empírica do ser humano. Além do mais, por esse motivo, são obras construídas com pura solidez e concretude, de uma beleza semelhante à própria manhã e que podem, metaforicamente, serem empilhadas e elevarem-se a alturas a que só elas chegam. O escritor dos clássicos, para Thoreau, “fala ao intelecto e ao coração da humanidade, a todos em qualquer época que podem *entendê-lo*” (THOREAU, 2011, p. 105-6).

A leitura dos clássicos tem seu papel na ordenação, ou na cura, pois, ao lê-los, ao mesmo tempo em que se evita a leitura de jornais, de romances baratos ou da versão fácil da Bíblia, em outras palavras, evita-se o contingente e aproxima-se de uma língua ‘verdadeira’, que expressa a realidade como ela é e que nos serve como um “oráculo”, além de nos servir, quando empilhados, como escada para as alturas. A menção ao “oráculo” explicita o caráter religioso desses textos: ao comparar o oráculo aos livros clássicos, o autor conjuga-os à eternidade. É de senso comum que o oráculo domina o conhecimento do futuro e dos enigmas a ele apresentados. Para Thoreau, os livros clássicos, além de dominarem o conhecimento do futuro, ainda detém o do passado e o do presente ao darem respostas às mais modernas das indagações. Recorde-se que esses livros foram escritos no passado, permanecem no nosso presente e, segundo Thoreau, como são comparáveis aos oráculos, também conhecem o futuro, em outras palavras, são eternos, não estão submetidos à passagem do tempo. A outra analogia feita por Thoreau, a da pilha de livros que alcança os céus, também pode ser relacionada à verticalidade: juntamente à menção aos “céus”, à eternidade, ao oráculo, tem-se na leitura dos clássicos uma dimensão espiritual.

Mencionemos, agora, o lago. A citação abaixo conjuga algumas das imagens sugerindo verticalidade: o comunicar-se com “peixes noturnos que tinham sua morada a 12 metros do fundo”, o pescar no lago e no firmamento simultaneamente:

eu [...] passava os meados da noite pescando num barco ao luar, ao som da serenata de raposas e corujas, [...]. Ancorado em doze metros d’água, e a cem ou cento e cinquenta metros da margem, às vezes cercado por milhares de pequenas percas e peixinhos prateados que ondeavam a superfície com suas caudas ao luar, e me comunicando por um longo fio de linha com misteriosos peixes noturnos que tinham sua morada a doze metros do fundo, [...] vez por outra, sentindo uma leve vibração percorrendo o fio, que indicava alguma vida a zanzar ao redor de sua ponta, com propósito incerto, moroso, vacilante, [...]. Finalmente, devagar, [...] eu erguia um peixe-gato guinchando e se contorcendo no ar. Era muito esquisito, principalmente nas noites escuras, quando os pensamentos vagueavam por grandiosos temas cosmogônicos em outras esferas, sentir esse leve tranco que vinha interromper os sonhos e ligar a pessoa de volta à natureza. Era como se, no próximo lance, eu pudesse atirar a linha para o alto, ao ar, tal como atirava para baixo naquele elemento não muito mais denso. Eu pescava dois peixes, por assim dizer, com um anzol só (THOREAU, 2011, p. 170-171).

Os adjetivos que frequentemente aparecem quando o autor descreve o lago Walden são “puro”, “transparente”, “profundo”. Segue-se, então, uma longa descrição física do lago e suas margens, da qual não nos ocuparemos exaustivamente, optando, pois, pela camada simbólica sugerida pelos adjetivos acima citados. O lago Walden está entre terra e céu e partilha da cor de ambos. Ele apresenta uma miríade de cores de acordo com a posição do observador, podendo mesmo ser mais azul que o próprio céu (THOREAU, 2011, p. 172). No entanto, segundo Thoreau, sua água é transparente e cristalina e se pode facilmente enxergar seu fundo a doze metros de profundidade (THOREAU, 2011, p. 173). Além disso, “no verão, o Walden nunca se aquece como a maioria das águas que ficam expostas ao sol, por causa de sua profundidade” (THOREAU, 2011, p. 178). Essa imagem de profundidade e altura, céu e terra, aparecerá novamente algumas páginas depois:

um lago revela o espírito que está no ar. É [...] um intermediário entre céu e terra. [...] Pelos riscos ou flocos de luz vejo por onde percorre a brisa. [...] Algum dia, quem sabe, olharemos do alto a superfície do ar e veremos por onde percorre um espírito ainda mais sutil (THOREAU, 2011, p. 183) [...].  
[...] talvez não exista na face da terra nada tão límpido, tão puro e ao mesmo tempo tão vasto quanto o lago. Água celeste. [...] É um espelho que a pedra não quebra, cujo mercúrio nunca se gasta, [...], espelho de onde some toda impureza (THOREAU, 2011, p. 183).

“Intermediário entre terra e céu”, “espelho que a pedra não quebra”, “água celeste”: os atributos do Walden constroem-se como 1. reflexos do eterno, pois referem-se à associação entre o lago e a reflexão proporcionada pelo espelho, cuja diferenciação jaz na característica ou no valor de inquebrável, de coisa que permanece. 2. Transparências: a insistência de Thoreau de que a água do lago era pura, límpida, transparente, permite que, por meio de sua transparência, o olho humano veja aquilo que está do outro lado, como uma espécie de “véu desvelado”, esse um símbolo muito antigo articulado com o intuito de representar as indagações sobre a natureza da realidade e a existência de outros planos. O Bachelard<sup>4</sup> leitor de Thoreau, ao analisar essas páginas, talvez encontrasse os valores da matéria de que é feita a água: uma substância ambígua, ao mesmo tempo refratora – pois permite que, com luz, observe-se seu fundo – e refletora, pois pode escondê-lo ao comportar-se como espelho do céu, espelho que reflete o intangível, “revela o espírito que está no ar”.

Ainda sobre a superfície do lago: o autor conta-nos de um dia em que nela remava. Segundo ele, “naquela água transparente, aparentemente sem fundo, refletindo as nuvens, eu me sentia flutuar no ar como um balão” (THOREAU, 2011, p. 184). No lago Walden, testemunhamos, novamente, os símbolos e imagens de verticalidade: o lago re-

---

4. Gaston Bachelard cita Thoreau algumas vezes em *A água e os sonhos* e *A poética do espaço*.

flete o céu e, através de sua transparência, pode-se ver seu fundo. O que se forma nessas passagens, é uma espécie de linha vertical ligando a profundidade da terra à superfície-espelho do céu, ou então, os atos de atirar a linha e se comunicar com “misteriosos peixes a doze metros de profundidade”, para, depois, atirá-la ao alto e “pescar dois peixes com um anzol só”: um centro onde se conectam terra e céu.

O lago ainda pode ser o olho da terra, a partir do qual poderíamos medir nossa própria profundidade. Em outras palavras, o olho, da mesma forma que o lago, reflete imagens em sua parte posterior, ou “fundo”: dessa forma, o olho humano que fita o “olho da terra”, o lago, pode enxergar, como reflexo, a sua própria profundidade. Forma-se, assim, uma correspondência entre o elemento natural e o humano, que é a interioridade do ser, que se configura também como uma profundidade, ou profundeza, e da qual se pode ter conhecimento ao fitar-se o lago Walden.

As analogias e símbolos articulam-se de modo a, a partir de uma realidade visível, concreta, aludir a ou tornar-nos conscientes de uma realidade ou uma ordem acima, ou abaixo – ou não visível – da ordem das coisas físicas. É desse modo que o já citado Paul (1958) constrói toda sua argumentação: as imagens da natureza como símbolo ou analogia para a realidade invisível da alma ou do espírito ou da interioridade. No entanto, aqui neste estudo, optar-se-á por deixar em aberto as questões ligadas à dualidade transcendência-imanência, ou seja, a verticalidade e outros símbolos ou podem aludir a uma realidade metafísica – como é o caso de nossa interpretação – ou a uma interioridade, uma subjetividade desprovidas de transcendência. Estudiosos como Buell (1995), Hildebidle (2007) discutem os capítulos “Os Lagos” e “O lago no inverno” adotando como linha argumentativa a dupla natureza do texto: as descrições físicas do lago, que abundam *Walden*, e a camada simbólica que delas emerge. Para eles, esse processo de formação dos símbolos em Thoreau atua de modo a estruturar dois planos paralelos e complementares: um deles é o próprio plano simbólico; o outro é o plano da ciência quantitativa – a história natural, a limnologia, a cristalografia. Para Buell (1995), esses dois planos convergem-se: por um lado, os fenômenos naturais têm, para Thoreau, um significado material; por outro, um significado espiritual.

Nossa proposta de investigação de um poder espiritual em *Walden* paira sobre as imagens de verticalidade que nele perscrutamos. A verticalidade como um operador simbólico desse poder pode suscitar dúvidas quanto à sua natureza objetivamente espiritual, uma vez que esse termo alude a uma realidade “meta-empírica”, uma que se configura na imaginação humana muito por conta de analogias com o visível e o empírico. A crítica thoreauiana reconhece a dualidade entre o natural e o espiritual, como se mencionou acima, e o próprio Thoreau explicita-a quando de suas referências aos vocábulos “espírito”, “espiritual” (THOREAU, 2011, p. ). No entanto, em nossa análise, sugerimos

que as imagens de verticalidade são símbolos de uma dimensão espiritual: se acedermos a semelhante argumento, concluiríamos que as alturas e o ar simbolizam o espírito em razão da dialética – termo esse de natureza bachelardiana – da baixa densidade do ar e das nuvens em comparação com a alta densidade da terra e da água. A dispersão da matéria, seu dilatar e concentrar, podem sugerir a existência de dois planos de realidade: a natureza e o espírito, a baixa densidade do ar, sua invisibilidade e intangibilidade, por um lado; e alta densidade da matéria de água e terra, suas texturas, odores e cores, por outro. Assim, os valores do espírito configurar-se-iam sob o signo da intangibilidade, da invisibilidade, da eternidade, da estabilidade.

Se aceitarmos o argumento acima e compararmos os símbolos de lago, mobelha e esmerilhão, livros, casa e lareira com o Corpo de Cristo – símbolo que, inequivocadamente, remete-nos ao transcendental e a outra ordem de realidade, além da verticalidade de seu poder mover-se apenas na direção descendente, da cabeça para corpo – observaremos na simbologia de Thoreau uma dupla direção: ora ascendente, ora descendente. Em um momento, alçamo-nos às alturas, noutro, necessitamos cavar nossos caminhos pelas profundezas (e transparências) de lago e terra: tais movimentos talvez sugiram-nos que a busca thoreauiana de um poder espiritual exija o íntimo contato com a matéria na natureza.

Se identificamos os símbolos supramencionados como símbolos de verticalidade, restar-nos-ia, por lógica, identificarmos a sociedade de Thoreau como determinada pela horizontalidade, pela superfície que não conjuga alturas e profundezas, pela linha horizontal como símbolo também de seu caráter histórico e mutável, sujeito ao movimento e avesso à estabilidade. A natureza thoreauiana conserva seus valores referentes à verticalidade da mesma forma que não se furta aos de circularidade, e por isso de mutabilidade e movimento: o protagonista de *Walden* reconhece os ciclos aos quais ela se submete, mas esse é um problema que não nos cabe investigar neste momento.

\*

A confusão, a perda e o desespero também conservam sua camada política, e por isso, moral: em *A Desobediência Civil*, ensaio escrito à luz das reflexões de seu autor no que tange a um significativo episódio de sua própria vida enquanto habitava as margens do lago Walden – a recusa em pagar um imposto relativo à votação e a consequente prisão do “infrator”, que passou uma noite na cadeia –, Thoreau acusa o Estado/governo, e a sociedade sob o símbolo da horizontalidade, sugerir-se-ia. Ao justificarmos tal sugestão, identificá-la-emos com a democracia, ou seja, o regime de igualdade, um dos elementos indiretamente criticados pelo autor-protagonista de *Walden*. Recorde-se que

o autor nunca utiliza o termo “horizontalidade” como um símbolo de democracia, trata-se, novamente, dessa noção utilizada em uma posição de operador simbólico, desta vez, do poder temporal, o poder que alude à sociedade em nível histórico e local.

A *Desobediência Civil* apresenta alguns conceitos da linguagem teórica da filosofia política. Termos como “governo”, “estado”, “lei”, “direito”, “democracia”, “regime da maioria”, “civil”, “liberdade”, “constituição”, entre outros, aparecem com frequência. Não se tentará defini-los aqui, mas buscar-se-á analisar o aparecimento do indivíduo como um poder em contraposição ao Estado/governo como instituição ou corporação. O ensaio trata, indubitavelmente, das questões relativas ao Estado e ao governo, mais precisamente, da dimensão do poder temporal. Como Thoreau não explicita nenhuma distinção entre Estado e governo, se o leitor nos permitir, trataremos os dois da mesma forma, não estabelecendo fronteiras definidas. Enfatiza-se, também, que a preocupação de Thoreau ao escrever o ensaio foi a de justificar<sup>5</sup> a desobediência civil, eixo ao redor do qual giram todos outros significantes citados neste parágrafo.

Turner (2009) revisa as leituras críticas da política de Thoreau revisitando teóricos como John Rawls (1921-2002) e Hannah Arendt (1906-75), ambos, segundo o autor, criticaram injustamente o pensamento político de Thoreau, reduzindo-o a algo “moralmente solipsístico” (2009, p. 14) e jogando com termos como o privado e o público, em detrimento do último. Em complemento a isso, nos anos 1980, houve outra mudança na forma de interpretar o ensaísta americano. De acordo com Turner, “juntos, Cavell, Rosenblum e Kateb estabeleceram uma série de parâmetros para se interpretar Thoreau como um teórico da individualidade e da democracia” (TURNER, 2009, p. 16). “Individualismo democrático” e “tratado de educação política”: duas expressões que conjugam as interpretações integradas de *Walden* e *A Desobediência Civil*.

A grande preocupação dos teóricos políticos é, obviamente, com o governo da sociedade, o que faz com que eles se preocupem com a aplicabilidade das teorias de Thoreau, com sua validade universal. Dessa forma, eles interpretarão a obra de Thoreau de modo a extrair dela uma ética ou moralidade que possam ser aplicadas na vida em sociedade. Uma dessas leituras, segue Turner (2009), é a de Bennett (2009), que vê no Thoreau político um processo de auto-construção de um “eu” por meio de técnicas, a saber, um “mover-se para o interior de si, um idealizar um amigo, um manter silêncio, o ato de passear, de plantar feijão, [...]” (BENNET, 2009, p. 20). Tais técnicas configurar-se-iam indispensáveis para o aprimoramento da vida do indivíduo em sociedade, defende a autora.

---

5. À título de curiosidade, Thoreau, no ensaio *Vida sem Princípios*, publicado em 1863, desdenha as atividades da vida política servindo-se, novamente, da analogia com o corpo: neste caso, elas são comparadas às funções fisiológicas involuntárias do corpo, como se fossem a “moela da sociedade”; e que o homem pode, vez ou outra, tornar-se “consciente dos processos de digestão num estado doentio, e ter assim uma dispepsia [...]” (THOREAU, 2012, p. 150).

Logo em suas primeiras páginas, o ensaio esboça uma clivagem entre Estado/governo e povo – e, mais ao fim do texto, indivíduo –, por meio da revisitação da analogia do corpo e também por meio da acusação de que o governo, estando “sujeito ao abuso e à perversão” (THOREAU, 2012, p. 7), perde seu atributo de representação da vontade do povo. Sobre a famosa analogia, Thoreau afirma que, dentre a massa de homens, alguns servem o Estado com seus corpos (exércitos, polícia) e outros com a sua cabeça (legisladores, políticos, advogados, ministros, funcionários públicos burocratas). Ambos, detalharemos mais abaixo, desprovidos de qualidades morais e, talvez, espirituais. Thoreau ainda se utiliza de uma analogia do governo/Estado como uma máquina e suas fricções, polias e engrenagens (p. 11; p. 18), e como uma meretriz que joga a alma na lama (p. 13). Curiosamente, o autor mobiliza o significante “corporação” (*corporation*) para afirmar que “uma corporação não tem consciência” (p. 9). Semelhante signo, cujo rastro etimológico latino de *corpus*, *corporare*, *corporatio* perdeu-se na língua inglesa, identifica a instituição como um corpo sem consciência. Embora sem conceituação explícita, a consciência, signo-chave no texto de Thoreau, torna-se um divisor de águas que estabelece o indivíduo como seu portador singular. O que veremos mais à frente.

Para Thoreau (2012), o Estado deveria reconhecer o indivíduo como “um poder mais elevado e independente” (p. 35). Um pouco antes dessa passagem, ele se pergunta onde está o legislador capaz de entender o Novo Testamento. Esses são os elementos centrais do ensaio: o Estado e o governo corrompidos, a busca pelo poder mais elevado. Seguiremos, dessa forma, em uma tentativa de concatená-los. Como vimos, o autor abre o ensaio afirmando que o melhor governo é o que menos governa. O governo não tem a mesma vitalidade do povo, pois “o caráter inerente ao povo americano é que fez tudo que se conseguiu até agora, e teria feito ainda um pouco mais, se o governo não atrapalhasse” (THOREAU, 2012, p. 8). No entanto, os problemas começam a aparecer quando se trata do governo da maioria. Para Thoreau, quando o poder está nas mãos do povo, a razão pela qual a maioria tem permissão para governar não é porque ela é mais justa, mas porque é fisicamente mais forte (THOREAU, 2012, p. 9). A partir daí, o autor defende que é a consciência do indivíduo que deve decidir entre certo e errado e que a lei nunca tornou os homens nem um pouco mais justos, pelo contrário, por respeito a ela, corre-se o risco de se tornar um agente da injustiça:

um resultado comum e natural do respeito indevido pela lei é que se pode ver uma fila de soldados, coronel, capitão, cabo, recrutas, carregadores de explosivos [...] marchando em ordem admirável pelos caminhos mais tortuosos da guerra, contra sua vontade (THOREAU, 2012, p. 9).

A partir daí, Thoreau se pergunta o que sejam esses homens, sugerindo que já não são mais homens, mas “casamatas, paióis ambulantes”: “assim é um homem que o

governo norte-americano é capaz de produzir, ou transformar com sua magia negra – uma mera sombra ou reminiscência de humanidade” (THOREAU, 2012, p. 10). Para Thoreau, já não há o livre exercício do julgamento ou do senso moral. Ao contrário, alguns

se rebaixam ao nível da madeira, da terra e das pedras; [...] tem valor comparável ao de cavalos ou cães. No entanto, homens assim são estimados como bons cidadãos. Outros – como a maioria dos legisladores, políticos, advogados, funcionários públicos – servem ao estado com a cabeça; e como raramente fazem qualquer distinção moral, podem tanto servir ao diabo como a Deus (THOREAU, 2012, p. 10).

Um outro tipo de desvirtuamento ocorre com os legisladores, que “não tem gênio ou talento sequer para questões relativamente modestas de tributação e finança, comércio, manufatura e agricultura” (THOREAU, 2012, p. 34). Alguma coisa aconteceu aqui. Os homens sofreram uma espécie de degeneração, de queda para um nível mais baixo, não humano. Thoreau culpa o governo norte-americano com sua “magia negra”.

Para o autor, a democracia desvirtua:

toda votação é uma espécie de jogo, como damas ou gamão [...] o caráter dos votantes não entra em jogo. Deposito meu voto, talvez de acordo com o que julgo correto, mas não estou vitalmente preocupado com a vitória do certo. Estou disposto a deixar isso para a maioria. [...] Há pouca virtude na ação das massas (THOREAU, 2012, p. 14).

Constata-se, pois, que é uma maioria que governa por meio da votação, pela qual elege seus representantes, o tal ‘governo norte-americano’, que Thoreau vê representado, por muitas vezes, na imagem do cobrador de impostos. Vislumbra-se, até aqui, uma espécie de acusação e confronto de Thoreau contra a autoridade (Estado e/ou governo):

uma vez por ano, não mais, me visto diretamente, cara a cara, com este governo norte-americano, ou com seu representante, o governo do estado, na pessoa de seu cobrador de impostos. É a única ocasião em que um homem da minha situação tem necessidade de se deparar com esse governo; e é então que ele, o governo, diz claramente: Reconheça-me (THOREAU, 2012, p. 19).

O protagonista-narrador-autor de *Walden* só se depara com o representante do Estado de quando em quando. Ele acusa o governo e a sociedade; os legisladores; e o regime da maioria, pelo estado de coisas – pela desordem – que presencia. E sua escolha diante disso é o afastamento de ambos, Estado e sociedade.

Para fechar esse quadro de degeneração humana, o autor conclui seu pensamento afirmando que o homem norte-americano definhou, perdeu seu caráter gregário, seu intelecto, sua autoconfiança (THOREAU, 2012, p. 15). A partir daqui, Thoreau apela para a responsabilidade e a ação individuais para evitar o mal ou repará-lo. O autor reforça

ainda mais a falta de virtude dos indivíduos: “o local apropriado hoje, o único que Massachusetts propicia para seus espíritos mais livres e menos desesperançados, são as prisões” (THOREAU, 2012, p. 20).

Nota-se, aqui, além das outras formas de oposição entre indivíduo e Estado, a verticalidade novamente na afirmação de Thoreau de que o indivíduo deveria ser o poder mais elevado em relação ao Estado. O adjetivo “elevado” – no original: *high(er)*<sup>6</sup> – sugere um ponto alto, e o ponto alto só pode existir em relação a um ponto mais baixo. Em um primeiro exercício de reflexão, sugerir-se-ia, a respeito dessa democratização em sentido amplo, o símbolo da horizontalidade: as muitas cabeças espalhadas por uma linha horizontal sem qualquer princípio ordenador superior. Essas muitas cabeças, marcadas pela degeneração moral e intelectual, pela sua superficialidade e instabilidade, não estão efetivamente preparadas para a arte de bem governar.

Se, em um segundo exercício de reflexão puramente imaginativo e acidental, pudessemos atribuir o símbolo do corpo – poder temporal nas mãos do rei e poder espiritual nas mãos do papa, o representante de Cristo na terra – a um ensaio de linguagem teórica, talvez concluíssemos que a “cabeça” é a maioria ou a opinião pública e que Thoreau, levando em conta também *Walden*, procura essa cabeça em um plano supra-humano e, para isso, ele exige “um governo que absolutamente não governe” (THOREAU, 2012, p. 7). Essa é uma exigência lógica, já que, para o espírito/alma, governarem-se a si mesmos, eles precisam de espaço para tanto, um espaço que não pode e não deve ser preenchido pelo poder temporal. Se forjarmos um diálogo com Tocqueville (1988), poderíamos citar sua afirmação de que, na América, a religião governa a alma, enquanto a democracia e a república governam a sociedade:

não se pode dizer que a religião influencie detalhadamente as leis, mas realmente influencia os costumes, e ao regular a vida doméstica, ela ajuda a regular o Estado. [...] Enquanto o europeu tenta escapar de seus pesares em casa causando problemas à sociedade, o americano traz do lar aquele amor pela ordem que ele leva para as questões do Estado (TOCQUEVILLE, 1988, p. 291-292).

A questão que emerge, aqui, é a da representação do poder em regimes democráticos: por um lado, como se tentou demonstrar logo acima, poder-se-ia atribuir a horizontalidade das muitas cabeças, sem um princípio ordenador superior, ou seja, uma linha horizontal desprovida de seu complemento vertical; no entanto, por outro lado, poder-se-ia, também, atribuir à opinião pública, ou mesmo à lei, um caráter de princípio ordenador superior e, nesse caso, os detentores do poder temporal seriam os homens mais desvirtuados entre todos – funcionários, legisladores, cobradores de impostos, ho-

---

6. No original: “[...] the individual as a higher and independent power, from which all its [the State] own power and authority are derived [...]”. (THOREAU, 2005, 110).

mens eleitos pela maioria –, caso aceitemos as críticas de Thoreau. Por um terceiro lado, ao atribuímos a simbologia do corpo ao Estado/governo, na qual, segundo o autor, alguns de seus representantes os servem com o corpo, outros com a cabeça, conceberíamos uma provável verticalização, já que a cabeça, em relação ao corpo, é símbolo de hierarquia. Porém, não poderíamos sustenta-la por muito tempo, pois, para Thoreau, a verticalidade, ou aquele princípio de ordem superior, só é possível se se tem consciência. E o Estado/ governo como corpo e cabeça não a tem.

Em se tratando, ainda, do conceito de representação, Thoreau testemunha a possível confusão cognitiva e moral do mesmo cobrador de impostos, um vizinho seu:

meu vizinho e concidadão, o cobrador de impostos, é o mesmo homem com quem tenho que lidar – pois, afinal de contas, é com homens que discuto, não com papéis –, e ele escolheu por vontade própria ser um agente do governo. De que modo ele saberá discernir o que é e o que faz como o funcionário do governo, ou como homem, enquanto não for obrigado a avaliar se deve tratar a mim, seu vizinho, pelo qual tem respeito, como um vizinho e um homem de boa índole, ou como um maníaco perturbador da paz? (THOREAU, 2012, p. 19).

A problemática em torno do representante do governo-cobrador de impostos/vizinho traz à tona uma obscuridade e um caráter quase divino da fonte do poder e sua legitimidade: já que a “verdade” é derivada da lei temporal – lei elaborada por um legislador incapaz de distinguir entre Deus e diabo, sem talento, e legitimado pelo governo da maioria, um regime caracterizado por ser um jogo de sorte ou azar –, o cobrador de impostos tende a admiti-la como “verdade última” e “absoluta”, em hipótese alguma questionada por qualquer um, sob a pena de se ser rotulado de “perturbador da paz”. Tal representante, como parte do corpo de uma instituição sem consciência, materializa o conflito e a clivagem entre corporação e indivíduo.

A representação do poder temporal, para o autor, tem três formas: a votação como um jogo de sorte ou azar; a figura de cobradores de impostos, legisladores, etc, sem virtudes para o governo; “os papéis” – a lei temporal – como fonte de um poder abstrato. A conclusão a que chega o autor frente a essa situação é a de que o indivíduo com consciência deve ser o poder mais elevado (THOREAU, 2012, p. 35), pois uma instituição, como um leviatã constituído de muitos corpos e cabeças, e como uma entidade abstrata, não a tem. Dessa forma, permanece uma noção vaga de verticalidade que se articula em torno desse mesmo indivíduo, pois ele seria mais elevado que o Estado.

Conclui-se, sobre o ensaio em questão, que há, uma vez mais, um estado de desvirtuamento e corrupção do poder da dimensão temporal. O que o faz o autor criticar as representações do Estado e do governo e propor a sua própria noção de representação por meio da “consciência individual elevada”. O adjetivo “elevado” (*high-higher*) aparece

não mais que duas vezes no ensaio, no entanto, a frequência de seu uso é inversamente proporcional a sua relevância, uma vez que a consciência individual elevada é a resposta thoreuniana para a indagação quanto ao governo mais justo. Dessa forma, o ensaio em análise nos fornece a verticalidade em sua acepção moral, como um indivíduo moralmente mais elevado do que as corporações sem consciência. De modo geral, a esfera do poder temporal, Estado e governo, limitar-se-ia à horizontalidade, plano submetido à contingência, à mutabilidade e instabilidade e, igualmente, à degeneração e à corrupção da qual a sociedade também sofre; e também à esfera moral da consciência, de verticalidade restrita e relativa, dir-se-ia. A verticalidade como metaforização do espírito pertence à fuga para a natureza de *Walden* e o conseqüente abandono, mesmo que romantizado, da vida em sociedade – e por isso, da vida política – sugere um deslocamento do plano horizontal para o vertical, ambos metaforizados pela vila de Concord e pelos bosques nas cercanias do lago Walden, respectivamente.

### Considerações finais

Diante do cenário de perda, confusão, desespero, sob o signo da efemeridade, da contingência, da mutabilidade, da superficialidade, do desvirtuamento, nossos dois operadores simbólicos, a verticalidade e a horizontalidade, esboçaram uma categorização de alguns dos símbolos de *Walden* e da linguagem conceitual d' *A Desobediência Civil* sob a dupla conceituação de poder espiritual e temporal, ambos inicialmente articulados em função de outro símbolo: o Corpo de Cristo.

Aludimos aos símbolos de verticalidade – o lago, a mobelha e o esmerilhão, a casa e a lareira, e os livros clássicos – como pertencentes à categoria de poder espiritual por meio de uma interpretação que se propôs a um desembaraçamento das possíveis camadas da realidade, uma material, natural, outra espiritual e transcendente. Como se pode observar, o poder espiritual, vertical, conjugaria elementos da natureza, ou produtos humanos como os livros, a casa e a chaminé, transfigurados em símbolos dessa outra realidade. Já o poder temporal, sob o operador da horizontalidade, ou seja, da ausência de “espírito”, e por isso de verticalidade, referir-se-ia à sociedade e ao governo da maioria.

Nossa leitura integrada das duas obras do ensaísta americano tentou demonstrar a perspectiva thoreuniana do governo da alma, ou do indivíduo, e o da sociedade, ambos marcados pela rejeição dessa última e pela desobediência ao poder temporal das leis e do regime da maioria (republicanismo e democracia). A verticalidade, dir-se-ia, simboliza ambos, natureza e indivíduo com consciência.

## Referências

- BACHELARD, Gaston. *O ar e os sonhos*. Trad. Antonio de Paula Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos*. Trad. Antonio P. Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989a.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Trad. Antonio P. Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989b.
- BÍBLIA SAGRADA. Versão revista na trad. de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: King's Cross Publicações, 2006.
- BENNET, Jane. On being a native: Thoreau's hermeneutics of self. *Polity*, vol. 22, n. 4, p. 559-580, 1990.
- BERLIN, Isaiah. *Las Raíces del Romanticismo*. Trad. Silvina Marí. Taurus, 1999.
- BOWMAN, Joshua. *Arcadian exile: the imaginative tension in Henry David Thoreau's political thought*. 298 f. Tese (doctor of philosophy). The Catholic University of America, Washington, 2016.
- BRODERICK, John. Imagery in Walden. *The University of Texas Studies in English*, vol. 33, p. 80-89, 1954.
- BUELL, Lawrence. The Thoreauvian pilgrimage: the structure of an American cult. *American Literature*, vol. 61, n. 2, p. 175-199, 1989.
- BUELL, Lawrence. "Thoreau and the natural environment". In: MYERSON, Joel (ed.). *The Cambridge Companion to Henry David Thoreau*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- BUELL, Lawrence. *New England Literary culture: from revolution through Renaissance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- CAVELL, Stanley. *The senses of Walden*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1992.
- CEIA, Carlos. "Imagem". *E-dicionário de Termos Literários*. 2009. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/images>. Acesso em setembro de 2022.
- FURTAK, Rick Anthony, "Henry David Thoreau", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2019 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2019/entries/thoreau/>. Acesso em julho de 2021.
- GUÉNON, René. *Fundamental Symbols, the universal language of sacred science*. Trad. Alvin Moore. Cambridge: Quinta Essentia, 1995.
- GUÉNON, René. *Spiritual authority and temporal power*. Transl. Henry D. Fohr. New York: Sophia Perennis, 2001.
- HARDING, Walter R. *The days of Henry Thoreau, a biography*. 6 ed. New York: Dover Publications, Inc., 1982.
- HILDEBIDLE, John. Naturalizing Eden: science and sainthood in Walden. In *Bloom's modern critical views: Henry David Thoreau*. New York: Infobase Publishing, 2007.
- LANE, Lauriat. On the organic structure of Walden. *College English, National Council of Teachers of English*, vol. 21, n. 4, p. 195-202, 1960.
- LYNCH, T; REYNOLDS, L. Sense and Transcendence in Emerson, Thoreau and Whitman. *The South Central Bulletin, SCMLA*. Vol. 39, n. 4, p. 148-151, 1979.
- LYON, Melvin. Walden pond as a symbol. *PMLA*, vol. 82, n. 2, p. 289-300, 1967.

MARX, Leo. *The machine in the garden, technology and the pastoral ideal in America*. 2 ed. New York: Oxford University Press, 2000.

MEDEIROS, Eduardo V. *Thoreau: moralidade em primeira pessoa*. 2015. 218 f. Tese (doutorado em filosofia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MEESE, Elizabeth. Transcendentalism: the metaphysics of the theme. *American Literature*. Duke University Press, vol. 47, n.1, p. 1-20, 1975.

PAUL, Sherman. *The shores of America: Thoreau's inward exploration*. University of Illinois Press, Chicago/London, 1958.

PECK, Daniel. Lakes of light: Modes of representation in Walden. *Nineteen-Century Prose*, vol. 31, n. 2, p. 172-185, 2004.

POETZCSH, Markus. Sounding Walden pond: the depths and double shadows of Thoreau's autobiographical symbol. *ATQ*, vol. 22(2), junho de 2008, p. 387-401. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/292289492\\_Sounding\\_Walden\\_Pond\\_The\\_Depths\\_and\\_Double\\_Shadows\\_of\\_Thoreau's\\_Autobiographical\\_Symbol](https://www.researchgate.net/publication/292289492_Sounding_Walden_Pond_The_Depths_and_Double_Shadows_of_Thoreau's_Autobiographical_Symbol). Acesso em fev. 2021.

SCHNEIDER, Richard. *Walden*. In MYERSON, Joel. *The Cambridge Companion to Henry David Thoreau*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

SEYBOLD, Ethel. "Thoreau: the quest and the classics". In *Bloom's Modern Critical Views: Henry David Thoreau*. New York: Infobase Publishing, 2007.

SILVA, M.L. P. F. "Símbolo". *E-Dicionário de Termos Literários*. 2009. Disponível em: <https://edtl.fch.unl.pt/encyclopedia/simbolo>. Acesso em set. 2022.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. 2 ed. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracy in America*. Transl. G. Lawrence. New York: Harper Perennial, 1988.

THOREAU, Henry. *Walden*. Trad. Denise Bottman. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2011.

THOREAU, Henry. *Walden ou a vida nos bosques*. Trad. Marina Della Valle. São Paulo: Editora Planeta, 2021.

THOREAU, Henry. *A desobediência civil*. Trad. José G. Couto. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2012.

THOREAU, Henry. *Walden and other writings*. New York: Bantam Classic, 2004.

TURNER, Jack. *A political companion to Henry David Thoreau*. Lexington: The University of Kentucky Press, 2009.

VOEGELIN, Eric. *As religiões políticas*. Trad. Teresa Marques da Silva, com base na francesa de Jacob Schmutz. Lisboa: Vega Passagens, 2002.

WILSON, Eric G. Thoreau, crystallography and the science of the transparent. In *Bloom's modern critical views: Henry David Thoreau*. New York: Infobase Publishing, 2007.

ZELNICK, Sharon. Cyclical nature images as representations of freedom and fulfillment in Emerson, Thoreau and Whitman. *International Journal of Languages, Literature and Linguistics*. Vol. 3, n. 3, 2017.